

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its Administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES -- ASSINATURA

| | YEARLY (Anual) | HALF-YEARLY (Semestral) | QUARTERLY (Trimestral) |
|------------------------------|-------------------|----------------------------|---------------------------|
| All 3 series } (As 3 séries) | Rs. 40/- | Rs. 24/- | Rs. 18/- |
| I Series | Rs. 20/- | Rs. 12/- | Rs. 9/- |
| II Series | Rs. 16/- | Rs. 10/- | Rs. 8/- |
| III Series | Rs. 20/- | Rs. 12/- | Rs. 9/- |

Postage is to be added when delivered by mail --
Acresce o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU

General Administration Department

Collectorate of Goa

Order

LS/REV/335/69/4134

Whereas the Government land known as «Laquerichi Collis», situated at Cumarconda of Satari Taluka, was assigned to Shri Panduronga Sacarama Sinai Pissurlencar, under Title No. 1110, dated 5-11-1941.

Whereas during the inspection to the said land it has been verified that an area admeasuring 45727,55 square metres is lying waste in contravention to the provisions of Section 76 of Decree No. 3602, dated 24-11-1917.

Whereas show cause notice was served on Shri Sacarama Naguexa Pissurlencar and other, the present holders of the land, in accordance with para 2 of Section 307 of the above cited Decree.

Whereas said Shri Pissurlencar in his reply to the show cause notice admits that the area shown above is lying waste.

And whereas said Shri Pissurlencar showed his willingness to retain the cultivated area, admeasuring 151943,00 square metres, in his possession compromising to pay the annual ground rent assessed to whole assignment in accordance with the provisions of para 2 of Section 76 of the said Decree.

Now, therefore, I, D. N. Barua, Collector of Goa, in exercise of the powers vested in me by virtue of the Government Notification No. DF-1161-AGR-65, dated 9-6-1966, order that the area lying waste, admeasuring 45727,55 square metres, be reverted to the Government in accordance with Section 307 of Decree No. 3602, dated 24-11-1917, read with para 2 of Section 76 of the said Decree.

D. N. Barua, Collector of Goa.

Panaji, 2nd September, 1969.

Order

LS/REV/236/69/4213

Whereas the Government land known as «Derrubadas — Plot no. 40», situated at Tuem of Pernem Taluka, was assigned to Shri Atma Mortogi Naique Gauncar, under Alvara No. 408, dated 18-9-1929.

Whereas during the inspection to the said land it has been verified that the same is partly lying waste in contravention to the provisions of Section 36 of Decree No. 3602, dated 24-11-1917.

(Tradução)

GOVERNO DE GOA, DAMÃO E DIO

Departamento de Administração Geral

Repartição do Collector de Goa

Portaria

LS/REV/335/69/4134

Atendendo a que o terreno do Estado denominado «Laquerichi Collis», sito em Cumarconda do concelho de Satari, havia sido concedido ao Sr. Panduronga Sacarama Sinai Pissurlencar, por título n.º 1110, de 5 de Novembro de 1941.

Tendo em consideração que durante a inspecção ao referido terreno, verificou-se que uma área medindo 45727,55 m² se achava inculta em infracção do disposto no artigo 76.º do Decreto n.º 3602, de 24 de Novembro de 1917.

Considerando que o Sr. Sacarama Naguexa Pissurlencar e outro, que se acham actualmente na posse do terreno, foram avisados para apresentar razões justificativas de acordo com o § 2.º do artigo 307.º do citado decreto.

Atendendo a que o Sr. Pissurlencar, na sua resposta ao aviso acima referido admite que a área acima mencionada se acha inculta.

Tendo em consideração que o Sr. Pissurlencar, manifestou a sua vontade de reter a área cultivada, medindo 151943,00 m², em sua posse, comprometendo-se a pagar o foro anual calculado por toda a concessão de acordo com o § 2.º do artigo 76.º do citado decreto.

No uso das faculdades que me são conferidas pelo despacho n.º DF-1161-AGR-65, de 9 de Junho de 1966, eu, D. N. Barua, Collector de Goa, determino que a área inculta, medindo 45727,55 m², reverta ao Estado, de acordo com o artigo 307.º do Decreto n.º 3602, de 24 de Novembro de 1917, conjugado com o § 2.º do artigo 76.º do citado decreto.

D. N. Barua, Collector de Goa.

Panagi, 2 de Setembro de 1969.

Portaria

LS/REV/236/69/4213

Atendendo a que o terreno do Estado denominado «Derrubadas — lote n.º 40.º», sito em Tuém do concelho de Perném, havia sido concedido ao Sr. Atmā Mortogi Naique Gauncar, sob o título n.º 408, de 18 de Setembro de 1929;

Tendo em consideração que durante a inspecção ao referido terreno, verificou-se que o mesmo se achava parcialmente inculto em infracção do disposto no artigo 36.º do Decreto n.º 3602, de 24 de Novembro de 1917.

Whereas show cause notice was served on Shri Xambá Atmá Naique Gauncar, the present holder of the land, in accordance with para 2 of Section 307 of the above cited Decree.

And whereas the reply of said Shri Gauncar to the show cause notice cannot be considered as valid.

Now, therefore, I, D. N. Barua, Collector of Goa, in exercise of the powers vested in me by virtue of the Government Notification No. DF-1161-AGR-65, dated 9-6-1966, order that the entire land, as mentioned above, be reverted to the Government in accordance with Section 307 of Decree No. 3602, dated 24-11-1917.

D. N. Barua, Collector of Goa.

Panaji, 5th September, 1969.

Order

LS/REV/229/69/4434

Whereas the Government land known as «Derrubadas — Plot No. 31», situated at Tuem of Pernem Taluka, was assigned to Shri Rogunata Gunba Porobo Motcari, under Alvara No. 392, dated 28-8-1929.

Whereas during the inspection to the said land it has been verified that the same is partly lying waste in contravention to the provisions of Section 36 of Decree No. 3602, dated 24-11-1917.

Whereas show cause notice was served on Shri Naraina Rogunata Porobo Motcari, the present holder of the land, in accordance with para 2 of Section 307 of the above cited Decree.

And whereas said Shri Motcari in his reply to the show cause notice admits the charges that the land is partly lying waste.

Now, therefore, I, D. N. Barua, Collector of Goa, in exercise of the powers vested in me by virtue of the Government Notification No. DF-1161-AGR-65, dated 9-6-1966, order that the entire land, as mentioned above, be reverted to the Government in accordance with Section 307 of Decree No. 3602, dated 24-11-1917.

D. N. Barua, Collector of Goa.

Panaji, 17th September, 1969.

Order

LS/REV/227/69/4435

Whereas the Government land known as «Derrubadas — Plot no. 23», situated at Tuem of Pernem Taluka, was assigned to Shri Suced Babagi Naique Gauncar, under Alvara No. 389, dated 21-8-1929.

Whereas during the inspection to the said land it has been verified that the same is partly lying waste in contravention to the provisions of Section 36 of Decree No. 3602, dated 24-11-1917.

Whereas show cause notice was served on Smt. Essodi Babagi Naik Gauncar, the present holder of the land, in accordance with para 2 of Section 307 of the above cited Decree.

And whereas the reply of said Smt. Gauncar to the show cause notice cannot be considered as valid.

Now, therefore, I, D. N. Barua, Collector of Goa, in exercise of the powers vested in me by virtue of the Government Notification No. DF-1161-AGR-65, dated 9-6-1966, order that the entire land, as mentioned above, be reverted to the Government in accordance with Section 307 of Decree No. 3602, dated 24-11-1917.

D. N. Barua, Collector of Goa.

Panaji, 17th September, 1969.

◆◆◆
Finance (Revenue) Department

Order

Fin(Rev)/LAQ/1794/1/69

The Government have been pleased to constitute a Committee with the following members to go into the entire ques-

Considerando que o Sr. Xambá Atmá Naique Gauncar, que se acha actualmente na posse do terreno, foi avisado a apresentar razões justificativas, de acordo com o § 2.º do artigo 307.º do citado decreto.

Atendendo a que a resposta do Sr. Gauncar, ao aviso acima referido, não pode ser considerada como válida.

No uso das faculdades que me são conferidas pelo despacho n.º DF-1161-AGR-65, de 9 de Junho de 1966, eu D. N. Barua, Collector de Goa, determino que todo o terreno acima referido reverta ao Estado, de acordo com o artigo 307.º do Decreto n.º 3602, de 24 de Novembro de 1917.

D. N. Barua, Collector de Goa.

Panagi, 5 de Setembro de 1969.

Portaria

LS/REV/229/69/4434

Atendendo a que o terreno do Estado denominado «Derrubadas — lote n.º 31» sito em Tuém do concelho de Perném, havia sido concedido ao Sr. Rogunata Gunba Porobo Motcari, por Alvará n.º 392, de 28 de Agosto de 1929.

Tendo em consideração que durante a inspecção ao referido terreno, verificou-se que o mesmo se achava parcialmente inculto em infracção do disposto no artigo 36.º do Decreto n.º 3602, de 24 de Novembro de 1917.

Considerando que o Sr. Naraina Rogunata Porobo Motcari, que se acha actualmente na posse do terreno foi avisado a apresentar razões justificativas, de acordo com o § 2.º do artigo 307.º do citado decreto.

Atendendo a que o Sr. Motcari, na sua resposta ao aviso acima referido, admite que o mesmo terreno se acha parcialmente inculto.

No uso das faculdades que me são conferidas pelo despacho n.º DF-1161-AGR-65, de 9 de Junho de 1966, eu, D. N. Barua, Collector de Goa, determino que todo o terreno acima mencionado reverta ao Estado, de acordo com o artigo 307.º do Decreto n.º 3602, de 24 de Novembro de 1917.

D. N. Barua, Collector de Goa.

Panagi, 17 de Setembro de 1969.

Portaria

LS/REV/227/69/4435

Atendendo a que o terreno do Estado denominado «Derrubadas — lote n.º 23» sito em Tuém, do concelho de Perném, havia sido concedido ao Sr. Suced Babagi Naique Gauncar, por Alvará n.º 389, de 21 de Agosto de 1929.

Tendo em consideração que durante a inspecção ao referido terreno, verificou-se que o mesmo se achava parcialmente inculto em infracção do disposto no artigo 36.º do Decreto n.º 3602, de 24 de Novembro de 1917.

Considerando que a Sra. Essodi Babagi Naik Gauncar, que se acha actualmente na posse do terreno, foi avisada a apresentar razões justificativas, de acordo com o § 2.º do artigo 307.º do citado decreto.

Atendendo a que a resposta da Sra. Gauncar, ao aviso acima referido, não pode ser considerada como válida.

No uso das faculdades que me são conferidas pelo despacho n.º DF-1161-AGR-65, de 9 de Junho de 1966, eu, D. N. Barua, Collector de Goa, determino que todo o terreno acima mencionado reverta ao Estado, de acordo com o artigo 307.º do Decreto n.º 3602, de 24 de Novembro de 1917.

D. N. Barua, Collector de Goa.

Panagi, 17 de Setembro de 1969.

◆◆◆
Departamento das Finanças (Receita)

Portaria

Fin(Rev)/LAQ/1794/1/69

O Governo determina a constituição duma Comissão composta dos seguintes membros para estudar o problema da

tion of the production of coconut liquor in the Territory of Goa, Daman and Diu and to make recommendations to improve the method with a view to avoiding loss during the process of manufacture and to suggest ways to ensure that the Excise Duty leviable is duly paid to the Government:—

- 1) Finance Secretary — Chairman.
- 2) Director of Industries — Member.
- 3) Purshottam Vishnu Naik Gaunekar, St. Inez, Panaji, representing Landlords' Association — Member.
- 4) Shri Govind S. Ortí, Advocate, Nerul, Verem, Bardez, representing the Landlords' Association — Member.
- 5) Shri Tucaram Soma Naik, Vice President, All Goa Toddy Tappers' E. Association, Siolim, Bardez — Member.
- 6) Shri Cristovam Fernandes, All Goa Toddy Tappers' E. Association, Palolem, P. O. Canacona, Goa — Member.
- 7) Commissioner of Excise — Member-Secretary.

2. The terms of reference of this Committee shall be as indicated below:—

- 1) What was the number of coconut trees under tapping in 1968-69?
- 2) Whether there is illicit tapping of the coconut trees and if in the affirmative, what is the proportion thereof vis-a-vis the total number thereof under tapping?
- 3) Whether all the coconut trees under tapping can be divided into classes on the basis of their yield of toddy. If in the affirmative, what is the ratio between one class and another?
- 4) Whether it is possible to specify the areas of Goa according to classes as above.
- 5) What is the average yield of toddy of each tree or each class during the year and what is the maximum and minimum yield of each tree of each class during the different seasons of the year?
- 6) What was the number of toddy tappers by Taluka-wise in 1968-69?
- 7) What is the maximum and minimum number of coconut trees tapped by the toddy tappers during the year 1968-69 and what is the average trees tapped by the toddy tappers during the same period?
- 8) What is the ratio between toddy tapped and the liquor produced therefrom according to its strength?
- 9) What is the maximum and minimum rent paid by the toddy tappers to the owner of the coconut trees?
- 10) What is the cost of production of liquor taking into consideration the average rent paid by the toddy tappers to the owner of the coconut trees?
- 11) What is the average price of the coconut liquor of different strength and what is the margin of profit on the basis of 20 trees tapped to produce liquor?
- 12) Whether the present rates of tree-tax and excise duty are reasonable, high or low, taking into account the margin of profit and reasonable returns for the toddy tapping work?
- 13) Whether the present system of collection of tree-tax and excise duty is satisfactory. If in the negative, what should be done to improve it or, in the alternative, what is the better system than the present one?
- 14) What are specific recommendations to get maximum revenue with minimum collection charges after providing for fair return to the toddy tapper for his work?

3. The official members attending the Committee's meetings will be treated as on duty and will be entitled to TA/DA wherever admissible under normal rules. The non-official members will be entitled to TA/DA as admissible to Grade I officers in accordance with the Supplementary Rules. The amount of daily allowance payable to any non-official member shall be the maximum rate of Rs. 15.70 per day.

4. The expenditure on TA/DA of non-official members will be debited to the head «10-State Excise Duties».

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

Puran Singh, Finance Secretary.

Panaji, 3rd September, 1969.

produção do espírito de palmeira no território de Goa, Damão e Diu e fazer recomendações para melhorar o método de produção e evitar perdas durante o processo de manufatura é bem assim para assegurar que o imposto do «excise» seja devidamente pago ao Governo:

- 1) Secretário das Finanças — Presidente.
- 2) Director de Indústrias — Vogal.
- 3) Purshottam Vishnu Naik Gaunekar, St. Inez, Panagi, representante da Associação dos Proprietários — Vogal.
- 4) Sr. Govind S. Ortí, advogado, Nerul, Verem, Bardes, representante da Associação dos Proprietários — Vogal.
- 5) Sr. Tucaram Soma Naik, vice-presidente da Associação dos Rendeiros de Goa, Siolim, Bardes — Vogal.
- 6) Sr. Cristovam Fernandes, Associação dos Rendeiros de Goa, Palolém, Canácona, Goa — Vogal.
- 7) Comissário do «Excise» — Vogal-Secretário.

2. A Comissão deverá submeter o seu relatório sobre os seguintes assuntos:

- 1) Qual era o número de palmeiras sob lavra em 1968-69?
- 2) Se existe lavra ilícita de palmeiras e, na afirmativa, qual é a proporção em relação ao número total sob lavra?
- 3) Se todas as palmeiras sob lavra podem ser divididas em classes, baseando-se na sua produção de sura. Na afirmativa, qual é a proporção entre uma classe e outra?
- 4) Se é possível discriminar as áreas em Goa, conforme as classes acima mencionadas.
- 5) Qual é em média a produção de sura de cada palmeira ou de cada classe, durante o ano e qual é a máxima e mínima produção de cada palmeira de cada classe durante as diferentes estações do ano?
- 6) Qual era o número de rendeiros em cada concelho, em 1968-69?
- 7) Qual é o máximo e mínimo número de palmeiras lavradas pelos rendeiros durante o ano 1968-69 e qual é a média de palmeiras lavradas pelos rendeiros durante o mesmo período?
- 8) Qual é a proporção entre a sura extraída e o espírito produzido conforme o seu grau?
- 9) Qual é a máxima e mínima renda paga pelos rendeiros aos proprietários das palmeiras?
- 10) Qual é o custo da produção do espírito, tomando em consideração a venda média paga pelos rendeiros ao proprietário de palmeiras?
- 11) Qual é o preço médio de espírito de palmeira de diferentes graus e qual é a margem de lucro baseando-se em 20 palmeiras lavradas para a produção de espírito?
- 12) Se o actual imposto de taxa de lavra e «excise duty» são razoáveis, elevados ou baixos tomando em consideração a margem de lucro e razoável ganho pelo trabalho de lavra?
- 13) Se o actual sistema de cobrança do imposto de lavra e «excise duty» é satisfatório. Na negativa, quais as medidas a tomar para melhorar o mesmo ou, na alternativa, qual é o sistema melhor ao actual?
- 14) Quais são as recomendações especiais para obter a máxima receita com a mínima taxa de cobrança, deixando um razoável ganho ao rendeiro pelo seu trabalho?

3. Os membros oficiais que assistam as reuniões da Comissão, serão considerados como em serviço e terão direito ao subsídio de deslocação e carestia, que for admissível conforme as normas. Os membros não-oficiais terão direito ao subsídio de deslocação e carestia admissível aos funcionários de 1.ª classe, de conformidade com as normas suplementares. O subsídio máximo diário pagável a cada membro não-oficial, deverá ser a razão de Rs. 15-70.

4. O encargo com o subsídio de deslocação e carestia dos membros não-oficiais, será satisfeito pela verba «10-State Excise Duties».

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

Puran Singh, Secretário das Finanças.

Panagi, 3 de Setembro de 1969.

Order

Fin(Rev)/LAQ/1794/2/69

The Government have been pleased to appoint a Committee consisting of the following members to go into the entire question of the production of cashew liquor in this Territory and to make recommendations to the Government as to the optimum use of cashew apples in the production of liquor, improving the method of production with a view to avoiding loss during the process of manufacture and to ensure that the Excise Duty leviable is duly paid to the Government:—

1. Finance Secretary — Chairman.
2. Director of Industries — Member.
3. Shri Filipe Gracias Abranches, Landlord, Verna, Salcete, representing Landlords' Association — Member.
4. Shri Thomas D'Sa, Ecoxim, Via Betim, Goa, representing cashew Liquor Producers — Member.
5. Commissioner of Excise — Secretary.

2. The terms of reference of the Committee shall be as under:—

1. What is the actual production of cashew nuts?
2. What is the ratio between cashew nuts and the apple juice? Whether the ratio is more or less constant. If not, what is the maximum and minimum ratio?
3. Whether juice is extracted from all the apple crop. If not, what is the ratio between the apples from this juice is extracted and the total production thereof?
4. What is the actual production of juice?
5. What is the average ratio between juice and liquor produced therefrom according to its strength by the use of the ordinary stills presently used by the distillers?
6. What is the actual production of cashew liquor with the indication of its strength?
7. Whether, with the modern process of distillation the ratio can be increased.
8. Whether the present system of division of the groves into zones and of auction of the right to distill cashew liquor therefrom is satisfactory. If not, how can it be improved or what is the better system than the existing one?
9. Whether the present price of the juice of 15 paise per litre is adequate. If not, what should be the price in view of the cost of production of liquor and its average wholesale price?
10. Whether there is scope to augment the present rate of excise duty and in the affirmative to what extent and what manner it can be increased?
11. Whether it is advisable for the Government to establish modern distillation plants and take over the distillation of cashew liquor. If in the affirmative, how many and when such plants should be installed?
12. What are the specific recommendations to get the maximum production of liquor with minimum collection charges?

3. The official members attending the Committee's meetings will be treated as on duty and will be entitled to TA/DA wherever admissible under the normal rules. The non-official members will be entitled to TA/DA as admissible to Grade I officers in accordance with the Supplementary Rules. The amount of daily allowance payable to any non-official member shall be at the maximum rate of Rs. 15.70 per day.

4. The expenditure on TA/DA of non-official members will be met from "10-State Excise Duties".

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu:

Puran Singh, Finance Secretary.

Panaji, 3rd September, 1969.

Revenue Department

Order

RD/EST/189/69

Read:—Order No. RD/SRV/12/69 dated 6-5-69.

On deputation from the Government of Maharashtra Shri R. P. Warnulkar, Assistant Consolidation Officer, Khandala

Portaria

Fin(Rev)/LAQ/1794/2/69

O Governo nomeia uma comissão composta dos seguintes membros para estudar em todos aspectos o problema da produção do espírito de cajú neste território e fazer recomendações ao Governo, sobre o melhor uso do fruto de cajú na produção do espírito, meios de melhorar a produção a fim de evitar perda durante o processo de manufatura, e assegurar que o imposto do «excise» cobrável seja devidamente pago ao Estado:—

1. Secretário das Finanças — Presidente.
2. Director de Indústrias — Vogal.
3. Sr. Filipe Gracias Abranches, proprietário, de Verna, Salcete, representante da Associação dos Proprietários — Vogal.
4. Sr. Thomas D'Sá, Ecoxim, via Betim, Goa, representante dos produtores de espírito de cajú — Vogal.
5. Comissário do «Excise» — Secretário.

2. A Comissão deverá submeter o seu relatório sobre os seguintes assuntos:—

1. Qual é a actual produção de castanha de cajú?
2. Qual é a proporção entre a castanha de cajú e sumo de cajú? Se a proporção é mais ou menos constante. Na negativa qual é a máxima e mínima proporção?
3. Se o sumo é extraído de toda a produção de cajú? Caso contrário, qual é a proporção entre os frutos de que é extraído o sumo e a produção total?
4. Qual é a actual produção de sumo?
5. Qual é a proporção média entre o sumo e o espírito produzido do mesmo, conforme o grau, fazendo uso das distilarias ordinárias utilizadas pelos distiladores?
6. Qual é a actual produção do espírito de cajú com indicação do seu grau?
7. Se se poderá aumentar a proporção com o processo moderno de distilação?
8. Se o presente sistema de divisão de cajuais em zonas e da arrematação do direito de distilar espíritos dos mesmos é satisfatório. Caso contrário, como o mesmo poderá ser melhorado ou se existe qualquer outro sistema melhor do que o actual?
9. Se o actual preço do sumo a razão de 15 paise por litro é adequado? Na negativa, qual deverá ser o preço em vista do custo da produção do espírito e o seu preço médio da venda a grosso?
10. Se existe prospecto de aumentar a actual percentagem do imposto do «excise» e, na afirmativa, até quanto e como o mesmo poderá ser elevado?
11. Se é aconselhável ao Governo instalar fábricas modernas de distilação e tomar a seu cargo a distilação do espírito de cajú? Na afirmativa, quantas fábricas e quando as mesmas deverão ser instaladas?
12. Quais são as recomendações especiais para obter o máximo da produção do espírito com a mínima taxa de cobrança?

3. Os membros oficiais que assistam as reuniões serão consideradas como em serviço e terão direito aos subsídios de deslocação e carestia admissíveis segundo as normas. Os membros não-oficiais terão direito aos subsídios admissíveis dos funcionários de 1.ª classe de acordo com as normas suplementares. O subsídio máximo diário pagável a cada membro, não-oficial deverá ser a razão de Rps. 15.70.

4. O respectivo encargo com o subsídio de deslocação e carestia será satisfeito pela verba "10-State Excise Duties".

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

Puran Singh, Secretário das Finanças.

Panagi, 3 de Setembro de 1969.

Departamento de Rendimentos

Portaria

RD/EST/189/69

Ref: Portaria n.º RD/SRV/12/69, de 6 de Maio de 1969.

Em deputação do Governo de Maharashtra, o Sr. R. P. Warnulkar, «Assistant Consolidation Officer» Khandala

(Shival) Satara is hereby appointed as Inspector of Cadastral Survey in the Directorate of Land Survey, Panaji, with effect from afternoon of 31st July, 1969, in one of the posts created by Government order referred to above. The period of deputation of the above officer is for one year in the first instance. The terms and conditions of the deputation will be governed as per Government of India's letter No. F.1.33/64-Goa, dated 29-5-65, as amended from time to time.

The deputation of Shri R. P. Warnulkar, has been sanctioned by the Government of Maharashtra, (vide the Revenue and Forest Department letter No. SRV/1568/18717-V, dated 30-4-1969).

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. Sardessai, Under Secretary (Revenue).

Panaji, 4th September, 1969.

Order

RD/EST/190/69

Read: — Order No. RD/SRV/12/69, dated 6-5-1959.

On deputation from the Government of Maharashtra Shri A. N. Kurandwadkar, Survey Tahislidar, (P. H. S. Kolhapur), is hereby appointed as Inspector of Cadastral Survey in the Directorate of Land Survey, Panaji, with effect from forenoon of 1st August, 1969, in one of the posts created by Government order referred to above. The period of deputation of the above officer is for one year in the first instance. The terms and conditions of the deputation will be governed as per Government of India's letter No. F.1.33/64-Goa, dated 29-5-1965, as amended from time to time.

The deputation of Shri A. N. Kurandwadkar, has been sanctioned by the Government of Maharashtra, (vide the Revenue and Forest Department letter No. SRV/1568/18717-V, dated 30-4-1969).

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. Sardessai, Under Secretary (Revenue).

Panaji, 4th September, 1969.

Directorate of Civil Administration

By order dated 3-9-1969:

The plot of land named «Peddem» admeasuring 600 sq. metres, belonging to the Comunidade of Mapusa, granted provisionally on 8-1-1964 to Smt. Gregoria de Souza, widow of the late Shri Policarpo de Souza for construction of house, is hereby directed to be reverted in favour of the same Comunidade with legal consequences, as she failed to take advantage of the plot during the prescribed time limit.

By order dated 3-9-1969:

The plot of land admeasuring 487,50 sq. metres belonging to the Comunidade of Serula, granted provisionally on 26-9-1962 to Shri Rameshchandra Gordandas, resident of Panaji, for construction of house, is hereby directed to be reverted in favour of the same Comunidade, as he failed to take advantage of the plot during the prescribed time limit.

D. N. Barua, Collector and D. C. A.

Panaji, 5th September, 1969.

Law and Judicial Department

Notification

10/51/68/69

Government of Goa, Daman and Diu is hereby pleased to constitute the State Advisory Board for correctional administration consisting of the following members:

1. Law Minister — Chairman.
2. Development Commissioner — Member.

(Shival) Satara, é nomeado «Inspector of Cadastral Survey» da Direcção de Agrimensura, em Panagi, a partir de 31 de Julho de 1969, após o meio-dia, num dos lugares criados por portaria acima referida. O seu período de deputação será de um ano, inicialmente. O mesmo fica sujeito às condições de deputação constantes da nota n.º F.1.33/64-Goa, do Governo da Índia, datada de 29 de Maio de 1965, com as alterações que sofrer periodicamente.

A deputação do Sr. R. P. Warnulkar, foi autorizada pelo Governo de Maharashtra (nota n.º SRV/1568/18717-V, de 30 de Abril de 1969, da Repartição de Fazenda e Matas).

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. Sardessai, Subsecretário (Rendimentos).

Panagi, 4 de Setembro de 1969.

Portaria

RD/EST/190/69

Re.: Portaria n.º RD/SRV/12/69, de 6 de Maio de 1969.

Em deputação do Governo de Maharashtra, o Sr. A. N. Kurandwadkar, «Survey Tahislidar (P. H. S. Kolhapur)» é nomeado «Inspector of Cadastral Survey» da Direcção de Agrimensura, em Panagi, a partir de 1 de Agosto de 1969, após o meio-dia, num dos lugares criados por portaria acima referida. O seu período de deputação será de um ano, inicialmente. O mesmo fica sujeito às condições de deputação constantes da nota n.º F.1.33/64-Goa, do Governo da Índia, datada de 29 de Maio de 1965, com as alterações que sofrer periodicamente.

A deputação do Sr. A. N. Kurandwadkar, foi autorizada pelo Governo de Maharashtra (nota n.º SRV/1568/18717-V, de 30 de Abril de 1969, da Repartição de Fazenda e Matas).

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. Sardessai, Subsecretário (Rendimentos).

Panagi, 4 de Setembro de 1969.

Direcção dos Serviços de Administração Civil

Por portaria de 3 de Setembro de 1969:

O terreno denominado «Peddem» medindo 600 m², pertencente à comunidade de Mapuá, que havia sido concedido provisoriamente a Gregória de Souza, viúva do falecido Policarpo de Souza, em 8 de Janeiro de 1964, para construção de casa, seja revertido à mesma comunidade, com consequências legais, por a concessionária não ter aproveitado do terreno dentro do prazo estabelecido.

Por portaria de 3 de Setembro de 1969:

O terreno medindo 487,50 m², pertencente à comunidade de Serula, que havia sido concedido provisoriamente a Rameshchandra Gordandas, residente em Panagi, em 26 de Setembro de 1962, para construção de casa, seja revertido à mesma comunidade, por o concessionário não ter aproveitado do terreno dentro do prazo estabelecido.

D. N. Barua, Collector e D. A. C.

Panagi, 5 de Setembro de 1969.

Departamento de Justiça

Despacho

10/51/68/69

O Governo de Goa, Damão e Diu determina a constituição dum Comissão Consultiva Estadual para administração correcional composta dos seguintes membros:

1. Ministro de Justiça — Presidente.
2. Comissário de Fomento — Vogal.

3. Law Secretary-cum-Inspector General of Prisons—Member.

4. Secretary Industries & Labour Department—Member.

5. Secretary Revenue Department—Member.

6. Inspector General of Police (as representative of the Police administrative) — Member.

7. District and Sessions Judge (as representative of the administration of Justice) — Member.

8. District Magistrate — Member.

9. Director, Public Works Department. — Member.

10. Director of Agriculture — Member.

11. Probation Officer — Member.

12 & 13. Two Social workers from the field of correctional work — Member.

14. Dr. S. D. Sharma, Professor of Psychiatrists, Goa Medical College — Member.

15. Technical expert if available in Goa who is conversant with criminology, correctional work — Member. (Preferably Professor in one of the Colleges in this Territory).

16. Superintendent, Central Jail — Member Secretary.

2. — The functions of the State Advisory Board would be:

- i) To advise regarding Prevention, Control and treatment of delinquency and crime.
- ii) To suggest ways and means for improving levels of coordination between Administration of Justice, Police Administration and Correctional Administration.
- iii) To suggest measures for creating social consciousness for the rehabilitation of offenders.
- iv) To find out the solution of the practical difficulties experienced by the Jail staff and other officers of Correctional Administration.
- v) To introduce Prison reforms with proper coordination among the concerned departments.
- vi) To watch the development of Prison Administration into a system of correctional Administration.
- vii) How to introduce various correctional methods in the prisons so that the Prisoners on their release from Jail go out as better men who have been conscious about their potentialities of being socially useful.
- viii) To approve and suggest the Post-Release programme and to provide employment opportunities to needy and deserving prisoners on release.
- ix) To see the application of case work in various fields of social work.
- x) To arrange the re-orientation of prison-staff to facilitate human understanding, as the staff members are not aware of modern methods of handling prisoners or of the purpose of Jail reforms.
- xi) To find out whether good standard of Administration have been reached.
- xii) How to further improve the existing standards.

3. — The Board may meet once in 3 months. The first meeting may be held in Agoada Central Jail. Thereafter the Board may hold its meeting at other places as may be decided by the Board from time to time.

By order and in the name of the Lt. Governor of Goa, Daman and Diu.

R. L. Segel, Law Secretary-cum-Inspector General of Prisons.

Panaji, 30th August, 1969.

Local Self Government Department

Notification

LSG/NIO/3493/68

Whereas by Government Notification No. LSG/NIO/3493/68 dated 13th March 1969, published on page 441 of Series II, No. 52 of the Government Gazette dated 27th March 1969, it was notified under section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the

3. Secretário de Justiça e Inspector-Geral de Prisões — Vogal.
4. Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho — Vogal.
5. Secretário do Departamento de Rendimentos — Vogal.
6. Inspector-Geral da Polícia (como representante da administração da Polícia) — Vogal.
7. Juiz Distrital e de Sessões (como representante da administração da Justiça) — Vogal.
8. Magistrado Distrital — Vogal.
9. Director das Obras Públicas — Vogal.
10. Director de Agricultura — Vogal.
11. Probation Officer — Vogal.
- 12 e 13. Dois obreiros sociais do ramo de administração correcional — Vogal.
14. Dr. S. D. Sharma, professor de Psiquiatria da Faculdade de Medicina de Goa — Vogal.
15. Perito técnico caso exista em Goa, com experiência de criminologia e trabalho correcional — Vogal. (preferivelmente professor de qualquer Faculdade, neste território).
16. Superintendente da Cadeia Central — Vogal-secretário.

2. As seguintes serão as funções da Comissão Consultiva Estadual:

- i) aconselhar sobre a prevenção, controle e forma de tratar dos casos de delinquência e crime.
- ii) sugerir meios e métodos para melhorar o nível de coordenação entre a administração da Justiça, administração da Polícia e administração correcional,
- iii) sugerir medidas para criar uma consciência social para a reabilitação dos delinquentes.
- iv) achar a maneira de resolver as dificuldades de ordem prática experimentadas pelo pessoal das cadeias e outros funcionários da administração correcional.
- v) introduzir reformas no respeitante às prisões com a devida coordenação entre os respectivos departamentos.
- vi) observar se o desenvolvimento da administração de prisões conjuga com o sistema da administração correcional.
- vii) sugerir meios de introduzir vários métodos correcionais nas prisões a fim de que os presos quando saírem das prisões tornem-se melhores cidadãos com consciência das suas habilidades de ser úteis à sociedade.
- viii) aprovar e sugerir o programa após a libertação dos presos e proporcionar oportunidades de emprego aos presos necessitados e merecedores após a sua libertação.
- ix) assegurar que o trabalho em relação a cada caso seja posto em prática nos diferentes ramos de trabalho social.
- x) fazer arranjos para a reorientação do pessoal das prisões a fim de melhormente facilitar a compreensão, com o pessoal das prisões, visto não conhecer os métodos modernos de tratar os presos ou a finalidade das reformas das prisões.
- xi) verificar se o padrão da administração atingiu um bom nível.
- xii) sugerir meios de melhorar o actual nível.

3. A comissão poderá reunir-se uma vez em cada 3 meses. A primeira reunião poderá ser na Cadeia Central de Agoada. Depois disso a comissão poderá ter as suas reuniões em outros locais a ser designados pela comissão, periodicamente.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

R. L. Segel, Secretário de Justiça e Inspector-Geral de Prisões.

Panagi, 30 de Agosto de 1969.

Departamento de Administração Autónoma

Despacho

LSG/NIO/3493/68

Atendendo a que por despacho n.º LSG/NIO/3493/68, de 13 de Março de 1969, publicado à pgs. 441, do Boletim Oficial n.º 52, 2.ª série, de 27 de Março de 1969, fora tornado público, ao abrigo do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «citado Act») que o terreno

land, specified in the schedule appended to the said Notification (hereinafter referred to as the «said land») was needed for a public purpose viz., for the purpose of the National Institute of Oceanography;

And whereas the appropriate Government (hereinafter referred to as «the Government») is satisfied that the said land specified in the schedule hereto is needed to be acquired for the public purpose specified above;

And whereas the acquisition of the said land is urgently necessary;

Now, therefore, the Government is pleased to declare under the provisions of section 6 of the said Act that the said land is required for the public purpose specified above.

The Government is also pleased to direct under sub-section (1) of section 17 of the said Act, that the Collector, appointed under paragraph 2 below, shall at any time on expiration of fifteen days from the publication of the notice relating to the said land under sub-section (1) of section 9 of the said Act, take possession of all waste or arable land.

2. The Government is also pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Land Acquisition Officer, Collector's Office, Panaji to perform the functions of a Collector for all proceedings hereafter to be taken in respect of the said land, and to direct him under section 7 of the said Act to take order for the acquisition of the said land.

3. A plan of the said land can be inspected at the office of the said Land Acquisition Officer at the Collector's Office, at Panaji.

desrito no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») era necessário para os fins do Instituto Nacional de Oceanografia.

Tendo em consideração que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o aludido terreno tem de ser adquirido para os fins públicos acima referidos.

Atendendo a que a aquisição do aludido terreno é de urgente necessidade.

O Governo declara, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do citado Act, que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

O Governo determina, ao abrigo da alínea (1) do artigo 17.º do citado Act, que o Collector nomeado no § 2.º a seguir, tome posse de todo o terreno inculto ou cultivável, em qualquer altura após expirar o prazo de 15 dias, contado da publicação do aviso ao abrigo da alínea (1) do artigo 9.º do citado Act.

2. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o «Land Acquisition Officer» da Repartição do Collector, de Panagi, para exercer as funções de Collector, em todos os actos relacionados com o aludido terreno e determina ao abrigo do artigo 7.º do citado Act, que o mesmo tome as necessárias medidas para a aquisição do aludido terreno.

3. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do referido «Land Acquisition Officer», na Repartição do Collector, em Panagi.

SCHEDULE — QUADRO

| Taluka | Village | Description of the said land | | | Approximate area in sq. mts. |
|----------|----------|------------------------------|--------------|--|-----------------------------------|
| | | Plot No. | Survey No. | Name of the person believed to be interested | |
| Concelho | Aldeia | Terreno n.º | Cadastro n.º | Descrição do aludido terreno | Área aproximada em m ² |
| Goa | Taleigão | Cl | 779 (part) | Smt. Nayantara Gangadhar Agrawal, of Margao | 4686 |

(N. B.— This plot has been shown as plot No. 1 in the plan referred to in para 3 above).

(N. B.— Este terreno acha-se indicado como lote n.º 1 no plano a que se refere o § 3.º acima).

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

A. N. Dixit, Secretary (L. S. G. Deptt.).
Panaji, 10th September, 1969.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dío.

A. N. Dixit, Secretário (Departamento de Administração Autónoma).

Panagi, 10 de Setembro de 1969.

Food and Civil Supplies Department

Order

DE/TECH/A/56-66/II

Shri V. A. Joshi, a candidate recommended by the U. P. S. C. is hereby temporarily appointed with effect from 19-6-69 as Workshop Superintendent in the Government Polytechnic, Panaji in the scale of Rs. 400-400-450-30-600-35-670-EB-35-950.

The U. P. S. C. have recommended that the initial pay may be fixed according to rules. Taking into account the previous services rendered by Shri V. A. Joshi in the post during his appointment on ad-hoc basis, his initial pay is fixed at Rs. 400/- (Rupees four hundred only) from 19-6-69. The next incremental stage will be admissible to him on 28-9-68 and his pay will be Rs. 450/- on 28-9-69.

The above pay fixation is made in exercise of the powers under F. R. 27 and is in accordance with the instructions contained in the Government of India, Ministry of Finance, Department of Expenditure, Office Memorandum no. F.2(46)-E.III(A)/66 (Pt. II of 1966) dated 7th February, 1968, as amended from time to time.

This issues with the concurrence of Finance Department vide U. O. No. Fin(E)/4466/69 dated 28-8-69.

Departamento de Alimentação e Abastecimento Civil

Portaria

DE/TECH/A/56-66/II

O Sr. V. A. Joshi, candidato recomendado pela Comissão de Serviço Público da União, é nomeado, temporariamente, superintendente da oficina da Politécnica do Governo, de Panagi, a partir de 19 de Junho de 1969, na escala de Rps. 400-400-450-30-600-35-670-EB-35-950.

A Comissão de Serviço Público da União, recomendou que o vencimento inicial fosse fixado de acordo com as normas. Tomando em consideração o serviço anterior prestado pelo Sr. V. A. Joshi, durante a sua nomeação provisória no lugar, o vencimento inicial é fixado em Rps. 400/- (Rupias quatrocentas) a partir de 19 de Junho de 1969. O próximo aumento será admissível em 28 de Setembro de 1968 e o seu vencimento será de Rps. 450/- em 28 de Setembro de 1969.

A fixação acima referida é feita no uso das facultades conferidas por F. R. 27 e está de acordo com as instruções contidas no memorando do Departamento de Despesas do Ministérios das Finanças do Governo da Índia n.º F.2(46-E.III(A)/66 (Pt. II, of 1966), de 7 de Fevereiro de 1968, com as alterações que sofrer periódicamente.

A presente portaria é expedida com a aprovação do Departamento das Finanças, dada por sua nota n.º Fin(E)/4466/69, de 28 de Agosto de 1969.

The appointment is subject to the conditions specified in this Office Memorandum no. DE/TECH/A/56/66/II dated 13-6-69 and letter of even number dated 21st June, 1969, and the rules and regulations laid down by the Government from time to time.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalkar, Under Secretary (Planning).

Panaji, 30th August, 1969.

Order

FCS/PWD/655/WPB/68

Shri Willie Paul Barreto, a candidate recommended by Union Public Service Commission, is appointed temporarily, on probation, to the post of Executive Engineer (Civil) in P.W.D. and posted in the vacant post in Superintending Engineer's office as Surveyor of Works on an initial pay to be fixed according to Rules in the scale of Rs. 700-40-1100-50/2-1250 with immediate effect. The period of probation will be two years.

The initial pay to be fixed according to Rules has been recommended by Union Public Service Commission vide letter no. F.1/294(12)/68-RB dated 30-11-1968.

The appointment is further subject to the terms and conditions laid down in the Memorandum no. FCS/PWD/WPB/68 dated 2-5-1969.

The appointment is against the post created by Govt. order no. PDD/PWD/267/65 dated 14-9-1966.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalkar, Under Secretary (Planning).

Panaji, 4th September, 1969.

Order

FCS/EDN/4670/69

Shri Caliana Salkar, Headmaster, Government Multipurpose High School, Margao is promoted on an ad-hoc basis with effect from his taking charge as Principal, Government Teachers Training College, Porvorim, in the scale of Rs. 425-25-500-30-680 plus usual allowances as admissible according to the Rules, in the vacancy caused due to the retirement of Shri Jose Olento do Carmo dos Anjos.

Shri D. R. Joshi, vice Principal will cease to hold the charge of Principal of the said institution, with effect from the date of handing over charge to Shri Salkar.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalkar, Under Secretary (Planning).

Panaji, 8th September, 1969.

Order

FCS/PWD/668/69

Read: Government Order no. FCS/PWD/668/69 dated 17-5-1969

The appointment of Shri Monohar V. S. Borcar, as officiating Superintending Engineer in Circle III of P.W.D. in the scale of Rs. 700-40-1100-50/2-1250 plus special pay of Rs. 100/-, extended in Order No. FCS/PWD/668/69, is extended to a further period upto 28-2-1970.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalkar, Under Secretary (Planning).

Panaji, 9th September, 1969.

A nomeação fica sujeita às condições constantes do memorando n.º DE/TECH/A/56/66/II, de 13 de Junho de 1969 e da nota de 21 de Junho de 1969, e às normas e regulamentos formulados pelo Governo, periodicamente.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Daman e Diu.

V. H. Sakhalkar, Subsecretário (Planificação).

Panagi, 30 de Agosto de 1969.

Portaria

FCS/PWD/655/WPB/68

O Sr. Willie Paul Barreto, candidato recomendado pela Comissão de Serviço Público da União, é nomeado, temporariamente, por período probatório, engenheiro executivo (civil) dos Serviços das Obras Públicas e colocado no lugar vago, da Repartição do Engenheiro Superintendente, como superintendente dos Serviços Cadastrais, com o vencimento inicial de Rps. 700-40-1100-50/2-1250, com efeito imediato. O período probatório será de dois anos.

O vencimento inicial a ser fixado de acordo com as normas, foi recomendado pela Comissão de Serviço Público, por sua nota n.º F.1/294(12)/68-RB, de 30 de Novembro de 1968.

A nomeação fica sujeita às condições constantes do memorando n.º FCS/PWD/WPB/68, de 2 de Maio de 1969.

A nomeação é para o lugar criado pela portaria n.º PDD/PWD/267/65 datada de 14 de Setembro de 1966.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Daman e Diu.

V. H. Sakhalkar, Subsecretário (Planificação).

Panagi, 4 de Setembro de 1969.

Portaria

FCS/EDN/4670/69

O Sr. Caliana Salkar, «Headmaster» da «Government Multipurpose High School», de Margão, é promovido, temporariamente, a reitor da Faculdade de Treino de Professores, em Porvorim, na escala de Rs. 425-25-500-30-680, acrescida dos subsídios admissíveis de acordo com as normas, na vaga resultante da aposentação do Sr. José Olento do Carmo dos Anjos.

O Sr. D. R. Joshi, vice-reitor, cessará de exercer as funções de reitor da referida Faculdade, a partir da data em que o Sr. Salkar, tomar posse do mesmo cargo.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Daman e Diu.

V. H. Sakhalkar, Subsecretário (Planificação).

Panagi, 8 de Setembro de 1969.

Portaria

FCS/PWD/668/69

Ref: Portaria n.º FCS/PWD/668/69, de 17 de Maio de 1969.

A nomeação do Sr. Monohar V. S. Borcar, para o lugar de engenheiro superintendente, interino, do círculo III, dos Serviços das Obras Públicas, na escala de Rps. 700-40-1100-50/2-1250, acrescida do vencimento especial de Rps. 100/-, prorrogada pela portaria n.º FCS/PWD/668/1969, é prorrogada por um período até 28 de Fevereiro de 1970.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Daman e Diu.

V. H. Sakhalkar, Subsecretário (Planificação).

Panagi, 9 de Setembro de 1969.

Development Department 'B'

Notification

F.30-3/CS.Evl

With the approval of the Ministry of Home Affairs, Government of India, conveyed by their letter no. 1/145/69-GP, dated 28th August, 1969, this Administration is pleased to declare the Evaluation officer as «Ex-Officio Deputy Secretary to the Government», in matters relating to Plan Evaluation Organisation.

The Development Commissioner will continue to be in overall charge of the Plan Evaluation Organisation.

The Evaluation officer will not be entitled to any special pay in this regard.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

K. N. Srivastava
Chief Secretary

Panaji, 10th September, 1969.

Industries and Power Department

Notification

IT/INF/FLGC/GN/69

Government of Goa, Daman and Diu is hereby pleased to constitute the State Level Committee for the Death Centenary Celebrations of Dr. Francisco Luis Gomes consisting of the following members:—

1. Shri D. B. Bandodkar, Chief Minister — Chairman.
2. Shri Gopal Apa Kamat, Speaker — Vice-Chairman.
3. Shri Anthony J. D'Souza, Minister for Industries — Vice-Chairman.
4. Shri M. P. Shinkre, President Margao Municipality — Vice-Chairman.
5. Shri Vasantrao Dempo — Vice-Chairman.
6. Prof. Manuel Colaco — Vice-Chairman.
7. Shri Evagrio George — Joint Secretary.
8. Shri M. S. Talaulikar — Treasurer.
9. Shri G. G. Mayenkar, Minister for Information & Tourism — Member.
10. Dr. Redualdo da Costa, President of Panaji Municipality — Member.
11. Shri B. B. Borker, President Instituto Menezes Braganza — Member.
12. Shri Madhav Gadkari, Editor of Gomantak — Member.
13. Mgr. Agapito Lourenco — Member.
14. Shri Leao Fernandes — Member.
15. Shri T. V. Parvate — Member.
16. Shri Chandrakant Keni — Member.
17. Shri George Gomes — Member.
18. Shri Roque Santana Fernandes — Member.
19. Smt. Leonor de Loyola Furtado — Member.
20. Shri Octaviano Ferrao — Member.
21. Shri Narayan Dessai — Member.
22. Information Officer — Member Secretary.

T. A./D. A. to the non-official members attending the meeting will be regulated as per S. R. 190.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. R. Vaze, Under Secretary Industries and Labour Department.

Panaji, 10th September, 1969.

Departamento de Fomento 'B'

Despacho

F.30-3/CS.Evl

Com a aprovação do Ministério do Interior do Governo da Índia, comunicada por nota n.º 1/145/69-GP, de 28 de Agosto de 1969, esta Administração designa o «Evaluation Officer», como Secretário adjunto ex-officio do Governo, no respeitante aos assuntos relacionados com a Organização de Avaliação de Planos.

O Comissário de Fomento, continuará à testa da Organização de Avaliação de Planos.

O «Evaluation officer», não terá direito a qualquer gratificação especial a esse respeito.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

K. N. Srivastava
Secretário-Chefe

Panagi, 10 de Setembro de 1969.

Departamento de Indústrias e Energia

Despacho

IT/INF/FLGC/GN/69

O Governo de Goa, Damão e Diu, determina a constituição duma Comissão estadal encarregada das celebrações pelo centenário do falecimento do Dr. Francisco Luis Gomes, composta dos seguintes membros:—

1. Sr. D. B. Bandodkar, Ministro-Chefe — Presidente.
2. Sr. Gopal Apa Kamat, Speaker — Vice-presidente.
3. Sr. Anthony J. D'Souza, Ministro de Indústrias — Vice-presidente.
4. Sr. M. P. Shinkre, Presidente da Câmara Municipal de Salcete — Vice-presidente.
5. Sr. Vasantrao Dempo — Vice-presidente.
6. Prof. Manuel Colaco — Vice-presidente.
7. Sr. Evagrio George — Secretário adjunto.
8. Sr. M. S. Talaulikar — Tesoureiro.
9. Sr. G. G. Mayenkar, Ministro de Informação e Turismo — Vogal.
10. Dr. Redualdo da Costa, Presidente da Câmara Municipal de Panaji — Vogal.
11. Sr. B. B. Borker, Presidente do Instituto Menezes Braganza — Vogal.
12. Sr. Madhav Gadkari, Redactor de Gomantak — Vogal.
13. Mons. Agapito Lourenço — Vogal.
14. Sr. Leão Fernandes — Vogal.
15. Sr. T. V. Parvate — Vogal.
16. Sr. Chandrakant Keni — Vogal.
17. Sr. George Gomes — Vogal.
18. Sr. Roque Santana Fernandes — Vogal.
19. Sr. Leonor de Loyola Furtado — Vogal.
20. Sr. Octaviano Ferrão — Vogal.
21. Sr. Narayan Dessai — Vogal.
22. Oficial de Informação — Vogal-secretário.

O subsídio de deslocação e carestia admissível aos membros não-oficiais que assistam as reuniões será regulado conforme o S. R. 190.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. R. Vaze, Subsecretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panagi, 10 de Setembro de 1969.

Labour and Information Department

Order

LC/2/65-B

In exercise of the powers conferred by the proviso to sub-rule (i) of rule 4 of the Workmen's Compensation (Occupational Diseases) Rules, 1965 and in supersession of the Government Order No. LC/2/65-B dated 18-4-1966 the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu is pleased to recognise the Medical Board set up by the Director General of Mines Safety vide his order No. 11208 G, dated 17-4-1969 for the purpose of the said rules with respect to workmen employed in Mines in the Union Territory of Goa, Daman and Diu with effect from 17-4-1969.

By order and in the name of the Lt. Governor of Goa, Daman and Diu,

V. R. Vaze, Under Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 5th September, 1969.

Departamento de Trabalho e Informação

Portaria

LC/2/65-B

No uso das faculdades conferidas pela alínea (i) da norma 4 do «Workmen's Compensation (Occupational Diseases) Rules, 1965» e em substituição da portaria n.º LC/2/65-B, de 18 de Abril de 1966, o Governador-tenente de Goa, Damão e Dio, reconhece a junta médica constituída pelo director-geral de segurança nas minas pela portaria n.º 11208 G, de 17 de Abril de 1969, para os fins das citadas normas, em relação aos operários empregados nas minas do território da União de Goa, Damão e Dio, a partir de 17 de Abril de 1969.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.

V. R. Vaze, Subsecretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panagi, 5 de Setembro de 1969.

Public Health Department

Order

Y-2/68-GCP/8284

Subject:—Appointment to Class I posts in the Union Territory of Goa, Daman & Diu made in consultation with the U.P.S.C.—Fixation of pay on initial appointment.

In continuation of Govt. order No. Y-2/68-GCP/8284 dated 5-2-69 and on the recommendation of the Union Public Service Commission, Shri B. Satyanath is temporarily appointed to the post of Lecturer in Microbiology in the Goa College of Pharmacy carrying the scale of pay of Rs. 400-30-640-EB-40-800. His initial pay in the scale is hereby fixed as shown below:—

The Union Public Service Commission have recommended that the initial pay may be fixed under the rules. Taking into account the previous service rendered by Shri Satyanath in the post during his appointment on ad-hoc basis, his initial pay is fixed at Rs. 550/- (Rupees five hundred and fifty only) from 17-9-68. The next increment will be admissible on 3-10-68.

The above pay fixation is made in exercise of the powers under F.R. 27 and is in accordance with the instructions contained in the Government of India, Ministry of Finance, Department of Expenditure, Office Memorandum No. F.2(46)-E.III(A)/60(Pt. II of 1966), dated 7th February, 1968 as amended from time to time.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu,

V. R. Vaze, Under Secretary (Health).

Panaji, 9th September, 1969.

Corrigendum

In the annexure to the Order of the Finance Department No. 4-24/68Fin(Control)1482, dated 13-8-1969, published

Departamento de Saúde Pública

Portaria

Y-2/68-GCP/8284

Assunto:—Nomeação para lugares de 1.ª classe no território da União de Goa, Damão e Dio, feita de consulta com a Comissão de Serviço Público da União.—Fixação do vencimento na altura da nomeação inicial.

Em continuação da portaria do Governo n.º Y-2/68-GCP/8284, de 5 de Fevereiro de 1969 e sob a recomendação da Comissão de Serviço Público da União, o Sr. B. Satyanath, é nomeado, temporariamente, lecionador de microbiologia da Faculdade de Farmácia de Goa, com a escala de vencimento de Rps. 400-30-640-EB-40-800. O seu vencimento inicial é fixado como a seguir se indica:—

A Comissão de Serviço Público da União, recomendou que o vencimento fosse fixado de acordo com as normas. Tomando em consideração o serviço anterior prestado pelo Sr. Satyanath, durante a sua nomeação provisória no lugar, o seu vencimento inicial é fixado em Rps. 550/- (Quinhentas e cinquenta rupias), a partir de 17 de Setembro de 1968. O próximo aumento será admissível em 30 de Outubro de 1968.

A fixação acima referida é feita no uso das faculdades conferidas por F. R. 27 e está de acordo com as instruções contidas no memorando do Departamento de Despesa do Ministério das Finanças do Governo da Índia, n.º F. 2(46)-E.III(A)/60(Pt. II of 1966), de 7 de Fevereiro de 1968, com as alterações que sofrer periodicamente.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

V. R. Vaze, Subsecretário (Saúde).

Panagi, 9 de Setembro de 1969.

on page 250 of Government Gazette no. 21, Series II, dated 21-8-1969, the figure against Sr. no. 7 below column no. 3, should be read as «Rs. 1650-98» instead of «Rs. 1.650198».